



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600876-28.2022.6.00.0000 (PJe) – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

Relatora: Ministra Maria Claudia Bucchianeri

Representante: Coligação Brasil da Esperança

Advogados(as): Eugênio José Guilherme de Aragão e outros(as)

Representada: Futura Consultoria e Assessoria Ltda.

Advogados(as): Ludgero Ferreira Liberato dos Santos e outros(as)

DECISÃO

Trata-se de representação, com pedido de tutela de urgência, ajuizada pela Coligação Brasil da Esperança em desfavor de Futura Consultoria e Assessoria Ltda. **por suposta divulgação de pesquisa eleitoral irregular, em razão da inobservância às exigências previstas na Res.-TSE nº 23.600/2019.**

Na petição inicial, a representante alega que (ID 157965546):

a) foi veiculado pela imprensa, no dia 23.8.2022, nos *sites* “O Antagonista” e “Metrópoles”, URLs: <https://oantagonista.uol.com.br>; e <https://www.metrolopes.com>, o resultado da pesquisa eleitoral realizada pela empresa representada, **“a qual apontou, com grande disparidade dos demais levantamentos realizados no mesmo estado por outros institutos de pesquisa, que o cenário político-eleitoral no Estado de Minas Gerais aponta Jair Bolsonaro à frente de Luiz Inácio Lula da Silva na corrida presidencial”** (p. 2-3);

b) “das matérias jornalísticas, depreende-se que a pesquisa eleitoral ouviu mil e duzentos eleitores, em 323 municípios do Estado de Minas Gerais, entre os dias 16 e 19 de agosto” (p. 3);

c) a pesquisa foi contratada pelo Banco Modal S.A. e registrada pela representada no Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais (PesqEle), no *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sob o nº MG-09198/2022, com a informação de **que os dados coletados referem-se aos cargos de governador e senador, sem qualquer registro sobre o cargo de presidente da República, o que viola o art. 2º, inciso X, da Res.-TSE nº 23.600/2019;**

d) **inexiste questionário específico para a pesquisa registrada, visto que o registro da pesquisa está vinculado à coleta de dados no Estado de Minas Gerais, porém constam do formulário perguntas que se referem unicamente ao Estado do Rio de Janeiro;**

e) “o questionário apresentado aos eleitores de Minas Gerais possui duas possíveis conclusões: (i) respondeu-se de maneira completamente diversa ao cenário político-eleitoral mineiro; ou (ii) apresentou-se aos eleitores outro questionário que não consta no registro realizado junto ao Tribunal Superior Eleitoral”(p. 9);



f) estão presentes os requisitos necessários à concessão da tutela de urgência.

Requer, liminarmente, a **suspensão imediata** da divulgação da pesquisa eleitoral registrada no TSE sob o nº MG-09198/2022, que foi tornada pública em 19.8.2022, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00.

No mérito, pleiteia (i) a confirmação da medida liminar; (ii) a **procedência da representação com “a aplicação de multa prevista no art. 17 da Res.-TSE nº 23.600/2019 [...]**, em seu patamar máximo, por veiculação de pesquisa sem o prévio registro das informações obrigatórias” (p. 11); e (iii) a determinação da apuração de suposto crime eleitoral.

Em decisão de 30.8.2022 (ID 157978993), o então relator, Ilustre Ministro Raul Araújo, em doutra decisão, **deferiu o pedido de tutela de urgência, determinando a suspensão da divulgação da referida pesquisa**, em razão da ausência de observância do disposto nas normas previstas na Res.-TSE nº 23.600/2019.

A representada informou o cumprimento da ordem judicial, inclusive com comunicação da decisão aos veículos de comunicação que divulgaram a pesquisa (ID 157990611).

Em seguida, a representada apresentou defesa (ID 157997643), na qual sustenta:

a) preliminarmente, a **incompetência** deste Tribunal Superior para análise da demanda, pois **“a pesquisa foi registrada para os cargos de Senador e Governador de Minas Gerais, tendo sido incluído questionário acerca do cargo de Presidente da República também tão somente no âmbito daquele Estado”** (p. 8);

b) que, caso se entenda pela competência do TSE, a apreciação da representação se limite **“ao suposto vício relativo à Eleição Presidencial, não se conhecendo do outro fundamento”** (p. 8);

c) ausência de interesse de agir da coligação representante para impugnação de pesquisa relativa aos cargos de governador e senador do estado de Minas Gerais, por ter sido formada para indicação do cargo majoritário de âmbito nacional;

d) que **“o provimento judicial acerca da ausência de questionário adequado ao caso não resultará em qualquer prejuízo para a Coligação Presidencial”** (p. 9), de sorte que carece à representante interesse processual no que diz respeito ao questionário, devendo ser extinta a representação quanto ao ponto;

e) que **“a jurisprudência do TSE é assente no sentido de que a pesquisa será considerada como não registrada quando faltantes informações constantes do art. 33 da Lei das Eleições, o que não é o caso dos autos”** (p. 11), uma vez que a exigência quanto à indicação dos cargos abrangidos decorre somente da Res.-TSE nº 23.600/2019;

f) **“diante da ausência de previsão estrita legal, não se pode exigir que haja a indicação do cargo em disputa, como é o caso dos autos. E, diante da ausência de previsão legal para fixação de multa por ausência de indicação do cargo, impõe-se o julgamento de improcedência do pedido da Representante”** (p. 16);

g) que, em relação à **“inexistência de questionário condizente com a situação político-eleitoral mineira”**, **“realmente houve um equívoco no momento de juntada do questionário no registro da pesquisa”** (p. 16), mas foram coletados dados relativos ao Estado de Minas Gerais e não do Rio de Janeiro, conforme áudios anexados aos autos;

h) que a juntada tardia do questionário utilizado na pesquisa não acarreta prejuízo ao controle da Justiça Eleitoral e **“que não houve qualquer impugnação pelos Partidos ou Coligações Estaduais, aos quais tem amplo interesse na verificação das informações”** (p. 19);

i) que **“inexiste qualquer elemento de que a pesquisa divulgada tenha sido elaborada de forma fraudulenta”** (p. 20).

Pugna, ao final, pelo(a): (i) acolhimento da preliminar de incompetência do TSE para apreciar impugnação de pesquisa registrada no Estado de Minas Gerais e, subsidiariamente, da preliminar de ausência de interesse processual da coligação representante; (ii) improcedência da representação, sem a imposição de qualquer sanção pecuniária, e, caso assim não se entenda, aplique-se a multa em seu patamar mínimo.

Os autos foram a mim redistribuídos em razão do término do biênio do Ministro Raul



Araújo como ministro substituto do TSE e, conseqüentemente, do fim da atuação de Sua Excelência como Ministro Auxiliar, conforme certidão ID 158019627.

A Procuradoria-Geral Eleitoral manifesta-se pela **procedência** da representação para que seja **confirmada a liminar e aplicada multa** à representada por **divulgação de pesquisa eleitoral irregular**, em parecer assim ementado (ID 158198391):

Eleições 2022. Representação. Pesquisa eleitoral irregular. A pesquisa eleitoral deve ser registrada na Justiça Eleitoral com a indicação do cargo a que se refere (art. 2º, X, da Res.-TSE n. 23.600/2019), sob pena de ilicitude. Também é irregular a pesquisa cujo questionário submetido ao eleitorado não corresponde aos dados divulgados.

É o relatório. Passo a apreciar os pedidos veiculados nesta representação.

A controvérsia dos autos refere-se à suposta divulgação de pesquisa eleitoral irregular, em razão da inobservância de diversas exigências previstas na Res.-TSE nº 23.600/2019, quais sejam: (i) a ausência de registro prévio para a realização de pesquisa eleitoral para o cargo de presidente da República, constando apenas no registro a indicação dos cargos de governador e senador no Estado de Minas Gerais; e (ii) a inexistência de questionário condizente com a pesquisa registrada, pois os dados referem-se ao Estado de Minas Gerais enquanto as perguntas constantes do formulário apresentado dizem respeito ao Estado do Rio de Janeiro.

Antes, porém, de apreciar o mérito da demanda, faz-se necessário o exame das **questões preliminares** suscitadas pela representada em sua contestação.

De saída, **afasto** a alegada **incompetência** do TSE.

Nos termos dos arts. 33, § 1º, da Lei nº 9.504/1997 e 13, § 3º, inciso I, e 15 da Res.-TSE nº 23.600/2019, nas eleições gerais, o Tribunal Eleitoral que aprecia impugnação de pesquisa eleitoral **é aquele competente para o registro de candidatura do respectivo cargo objeto da consulta**. Portanto, as demandas atinentes às pesquisas eleitorais sobre a disputa eleitoral para presidente da República são de competência deste Tribunal Superior.

Nesse sentido é a jurisprudência desta Casa: “compete ao Tribunal Superior Eleitoral processar registro de pesquisa eleitoral na eleição presidencial” (PCL nº 427/PA, rel. Min. Cezar Peluso, PSESS de 19.10.2006). Na mesma linha são os julgados na Rp nº 060078489/DF, rel. Min. Og Fernandes, *DJe* de 3.8.2018 e na Rp nº 2792-40/DF, rel. Min. Herman Benjamin, publicado no mural em 20.10.2014, segundo os quais **o envolvimento de candidatos ao cargo da presidência da República na pesquisa atrai a competência deste TSE**.

Na espécie, embora tenha sido registrada com indicação apenas de cargos estaduais de Minas Gerais, **a pesquisa impugnada também se destinou a levantar dados acerca da disputa para o cargo de presidente da República**, o que **justifica a competência deste Tribunal Superior** para análise da demanda correspondente.

Diante disso, também não há falar em falta de interesse de agir da **coligação representante**, que intuitivamente **detém legitimidade para impugnar registro ou divulgação de pesquisa eleitoral** que, indevidamente, também abordou intenção de votos relativa aos candidatos à presidência da República, com amparo no art. 15 da Res.-TSE nº 23.600/2019.

No **mérito**, verifico que os argumentos trazidos pela representada em sua contestação não afastam as múltiplas irregularidades da pesquisa questionada, corretamente detectadas pela decisão concessiva da medida liminar, *verbis* (ID 157978993, p. 2-6):

A representante pleiteia, liminarmente, que seja suspensa imediatamente a divulgação da pesquisa eleitoral realizada por Futura Consultoria e Assessoria Ltda. registrada no TSE sob o nº MG-09198/2022, realizada entre os dias 12.8.2022 a 16.8.2022 e divulgada em 19.8.2022, a qual apontou que, no Estado de Minas Gerais, o candidato Jair Messias Bolsonaro estaria à frente do candidato Luiz Inácio



Lula da Silva.

As pesquisas eleitorais, por possuírem influência junto ao público-alvo e servirem como elemento de interferência no processo eleitoral, devem ser devidamente registradas na Justiça Eleitoral em até cinco dias antes da divulgação de seu resultado, nos termos do art. 33 da Lei nº 9.504/1997 e do art. 2º da Res.-TSE nº 23.600/2019:

Art. 33. As entidades e empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos, para conhecimento público, são obrigadas, para cada pesquisa, a registrar, junto à Justiça Eleitoral, até cinco dias antes da divulgação, as seguintes informações:

I - quem contratou a pesquisa;

II - valor e origem dos recursos despendidos no trabalho;

III - metodologia e período de realização da pesquisa;

IV - plano amostral e ponderação quanto a sexo, idade, grau de instrução, nível econômico e área física de realização do trabalho a ser executado, intervalo de confiança e margem de erro; (Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013)

V - sistema interno de controle e verificação, conferência e fiscalização da coleta de dados e do trabalho de campo;

VI - questionário completo aplicado ou a ser aplicado;

VII - nome de quem pagou pela realização do trabalho e cópia da respectiva nota fiscal. (Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013)

§ 1º As informações relativas às pesquisas serão registradas nos órgãos da Justiça Eleitoral aos quais compete fazer o registro dos candidatos.

§ 2º A Justiça Eleitoral afixará no prazo de vinte e quatro horas, no local de costume, bem como divulgará em seu sítio na internet, aviso comunicando o registro das informações a que se refere este artigo, colocando-as à disposição dos partidos ou coligações com candidatos ao pleito, os quais a elas terão livre acesso pelo prazo de 30 (trinta) dias. (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 3º A divulgação de pesquisa sem o prévio registro das informações de que trata este artigo sujeita os responsáveis a multa no valor de cinquenta mil a cem mil UFIR.

§ 4º A divulgação de pesquisa fraudulenta constitui crime, punível com detenção de seis meses a um ano e multa no valor de cinquenta mil a cem mil UFIR.

§ 5º É vedada, no período de campanha eleitoral, a realização de enquetes relacionadas ao processo eleitoral. (Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)

Art. 2º A partir de 1º de janeiro do ano da eleição, as entidades e as empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou às candidatas e aos candidatos, para conhecimento público, são obrigadas, para



cada pesquisa, a registrar, no Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais (PesqEle), até 5 (cinco) dias antes da divulgação, as seguintes informações (Lei nº 9.504/1997, art. 33, caput, I a VII e § 1º) :

I - contratante da pesquisa e seu número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - valor e origem dos recursos despendidos na pesquisa, ainda que realizada com recursos próprios;

III - metodologia e período de realização da pesquisa;

IV - plano amostral e ponderação quanto a gênero, idade, grau de instrução, nível econômico da pessoa entrevistada e área física de realização do trabalho a ser executado, bem como nível de confiança e margem de erro, com a indicação da fonte pública dos dados utilizados;

V - sistema interno de controle e verificação, conferência e fiscalização da coleta de dados e do trabalho de campo;

VI - questionário completo aplicado ou a ser aplicado;

VII - quem pagou pela realização do trabalho com o respectivo número de inscrição no CPF ou no CNPJ;

VIII - cópia da respectiva nota fiscal;

IX - nome da(o) profissional de Estatística responsável pela pesquisa, acompanhado de sua assinatura com certificação digital e o número de seu registro no Conselho Regional de Estatística competente;

X - indicação do estado ou Unidade da Federação, bem como dos cargos aos quais se refere a pesquisa.

Quando do registro da pesquisa, devem ser observadas uma série de exigências que foi estabelecida na legislação a fim de viabilizar a transparência e a fiscalização de seu conteúdo pelos interessados, sendo prevista multa no caso de sua ausência.

De acordo com as informações obtidas no PesqEle, no sítio do TSE, a pesquisa em comento foi registrada, de fato, somente para levantamento da intenção de votos para os cargos de governador e senador no Estado de Minas Gerais, e não para presidente da República. Nesse aspecto, em uma análise perfunctória, os questionamentos e a posterior divulgação dos resultados obtidos quanto ao cargo majoritário desrespeitam o inciso X do art. 2º da Res.-TSE nº 23.600/2019.

Além do mais, o questionário da referida pesquisa que foi juntado à petição inicial, também disponível no site deste Tribunal (PesqEle), lança dúvidas inclusive quanto ao Estado da Federação ao qual foi aplicado. Isso porque lê-se, no cabeçalho, que “trata-se de uma pesquisa sobre assuntos políticos de São Paulo”. As perguntas que foram aplicadas, no entanto, são relacionadas ao Estado do Rio de Janeiro, por exemplo (ID 157965547, p. 3-4):

Bloco 2: Eleições 2022



2.1 Se a eleição fosse hoje, em quem você votaria para GOVERNADOR do Estado do Rio de Janeiro? (Espontânea) (Apenas 1 opção de resposta)

Cláudio Castro
Cyró Garcia
Eduardo Serra
Juliete Pantoja
Luiz Eugênio Honorato
Marcelo Freixo
Paulo Ganime
Rodrigo Neves
Wilson Witzel
NS/NR/Indeciso
Outro

2.2 Se outro, qual?

2.3 E se os candidatos fossem estes, em quem você votaria para GOVERNADOR do Estado do Rio de Janeiro? (CARTELA 1) (Apenas 1 opção de resposta)

Cláudio Castro
Cyró Garcia
Eduardo Serra
Juliete Pantoja
Luiz Eugênio Honorato
Marcelo Freixo
Paulo Ganime
Rodrigo Neves
Wilson Witzel
NS/NR/Indeciso

2.4 Se passarem para o 2º turno os candidatos Cláudio Castro e Marcelo Freixo, em qual dos dois você votaria?

Cláudio Castro

Marcelo Freixo

Cabe destacar que a representante indica, na petição inicial, links de sites nos quais a referida pesquisa irregular foi divulgada (<https://oantagonista.uol.com.br/brasil/bolsonaro-tem463-em-mg-lula-353-diz-modalmais-futura/>; e <https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes2022/modalmais-futura-bolsonaro-tem-463-em-minas-gerais-lula-353>), e as manchetes das matérias chamam a atenção exclusivamente para os resultados relativos ao cargo de presidente da República.

O site “O Antagonista” noticiou, nos seguintes termos, o resultado da pesquisa: “Bolsonaro tem 46,3% em MG; Lula, 35,3%, diz Modalmais/Futura”. Destacou, ainda, que o levantamento ouviu 1.200 eleitores de 323 municípios de Minas Gerais e “a margem de erro é de 2,9 pontos percentuais para mais ou menos, e o índice de confiança é de 95%”, esclarecendo que “o estudo está registrado na Justiça Eleitoral sob o número MG-09198/2022”. Na mesma linha, a manchete do site “Metrópoles”: “Modalmais/Futura: Bolsonaro tem 46,3% em Minas Gerais. Lula, 35,3%” (ID 157965546, p. 2).

Assim, é plausível a tese da representante de que a divulgação da referida pesquisa em desconformidade com a legislação eleitoral gera prejuízo à lisura do pleito eleitoral vindouro, assim como é prejudicial que sejam divulgados fatos na Internet em que o conteúdo da publicação acaba por gerar desinformação. Preenchidos, portanto, os requisitos para a concessão da tutela de urgência.

Diante do exposto, nos termos do art. 38, § 4º, da Res.-TSE nº 23.610/2019, concedo o pedido de tutela provisória de urgência, determinando a suspensão da divulgação da referida pesquisa, em razão da ausência de observância do disposto nas normas previstas na Res.-TSE nº 23.600/2019.

Tal como corretamente asseverado na decisão de deferimento da medida liminar, as pesquisas eleitorais têm aptidão de influenciar o público-alvo e, assim, **interferir, de alguma forma, no processo eleitoral** e no procedimento de **formação da escolha eleitoral pelo**



cidadão.

Por isso, com a finalidade de garantir o controle social, sobretudo pelos envolvidos na disputa, o legislador eleitoral impôs o **registro prévio** de pesquisas eleitorais perante a Justiça Eleitoral em **até cinco dias antes** da divulgação de seu respectivo resultado (art. 33 da Lei nº 9.504/1997 e do art. 2º da Res.-TSE nº 23.600/2019).

A necessidade de prévio registro da pesquisa, observadas todas as exigências previstas nos incisos dos referidos dispositivos, visa a garantir **regularidade e transparência** às pesquisas eleitorais, dificultando-se a prática de comportamentos de manipulação da opinião pública.

Nessa toada, esta Corte já firmou entendimento no sentido de que, “de acordo com o art. 33 da Lei nº 9.504/1997, a regularidade da pesquisa de opinião pública relativa às eleições está condicionada ao registro das informações previstas em seus incisos perante a Justiça Eleitoral” (REspEI nº 0600059-75/MS, rel. Min. Mauro Campbell Marques, *DJe* de 29.9.2021).

Ausentes, portanto, quaisquer requisitos exigidos pela norma regente, **deve incidir a aplicação de multa**, conforme **expressa** previsão do art. 33, § 3º, da Lei nº 9.504/1997 e do art. 17 da Res.-TSE nº 23.600/2019, *in verbis*:

Art. 33. As entidades e empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos, para conhecimento público, são obrigadas, para cada pesquisa, a registrar, junto à Justiça Eleitoral, até cinco dias antes da divulgação, as seguintes informações:

[...]

§ 3º A divulgação de pesquisa sem o prévio registro das informações de que trata este artigo sujeita os responsáveis a multa no valor de cinquenta mil a cem mil UFIR.

Art. 17. A divulgação de pesquisa sem o prévio registro das informações constantes do art. 2º desta Resolução sujeita as pessoas responsáveis à multa no valor de R\$ 53.205,00 (cinquenta e três mil, duzentos e cinco reais) a R\$ 106.410,00 (cento e seis mil, quatrocentos e dez reais).

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente desta Casa:

ELEIÇÕES 2020. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. PESQUISA IRREGULAR. NÃO COMPLÇÃO DE DADOS RELATIVOS AOS BAIRROS ABRANGIDOS. ART. 33 DA LEI Nº 9.504/1997, C/C O ART. 2º, § 7º, DA RES.–TSE Nº 23.600/2019. GARANTIA DA TRANSPARÊNCIA DA PESQUISA ELEITORAL. PESQUISA CONSIDERADA NÃO REGISTRADA. APLICAÇÃO DE MULTA DO ART. 33, § 3º, DA LEI Nº 9.504/1997. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

[...]

4. Depreende-se da leitura do § 3º do art. 33 da Lei nº 9.504/1997 que o registro da pesquisa eleitoral só se perfectibiliza quando cumpridos todos os requisitos elencados nos mencionados dispositivos, de modo que, deixando a empresa de satisfazer qualquer um deles, a pesquisa será considerada como não registrada, incidindo a multa prevista no art. 33, § 3º, da Lei nº 9.504/1997, c/c o art. 17 da



Res.-TSE nº 23.600/2019. Portanto, a própria legislação prevê multa no caso de ausência de qualquer das informações listadas no *caput*.

[...]

(REspEI nº 060005975/MS, rel. Min. Mauro Campbell Marques, *DJe* de 29.9.2021)

No caso destes autos, verifica-se que a pesquisa impugnada, **clandestinamente**, levantou dados sobre a disputa presidencial, **muito embora, em seu registro, constasse a coleta de informações apenas em relação aos cargos de Governador de Estado e Senador da República**, em frontal descumprimento à regra contida no art. 2º, inciso X, da Res.-TSE nº 23.600/2019.

Para além disso, **também foi descumprida a exigência prevista no inciso VI do mesmo artigo**, tendo em vista que o questionário ao final apresentado às pessoas pesquisadas **não condiz com aquele fornecido quando do registro da pesquisa**.

Na verdade, consta no cabeçalho do formulário que se trata de “uma pesquisa sobre assuntos políticos de São Paulo”, muito embora as perguntas constantes se refiram ao Estado do Rio Janeiro, enquanto o registro da pesquisa se deu para coleta de dados no Estado de Minas Gerais.

Múltiplas irregularidades!

Ademais, não obstante a representada alegue, em sua defesa, ter havido erro na juntada do documento e apresente o questionário que efetivamente teria sido submetido ao eleitorado de Minas Gerais, entende-se que “a juntada tardia da informação faltante não afasta a irregularidade detectada, tendo em vista o prejuízo à ampla fiscalização da pesquisa pelos interessados” (AgR-REspEI nº 0600428-83/SC, rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 4.3.2022).

O cenário, portanto, é de **variadas irregularidades** na pesquisa, a revelar **descompromisso não apenas com a legislação eleitoral, mas, também, com a própria integridade dos resultados ao final obtidos, em comportamento que, ao fim e ao cabo, culmina por comprometer a confiança na integralidade dos institutos de pesquisa**.

Ante todo o exposto, confirmando a liminar anteriormente deferida, **julgo procedente a representação, e, considerada a multiplicidade das irregularidades, aplico à representada multa** no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), acima do mínimo legal, com fundamento nos art. 33, § 3º, da Lei nº 9.504/1997 c.c o art. 17 da Res.-TSE nº 23.600/19 (art. 36, § 6º, RITSE).

Intime-se o MPE para eventual apuração de divulgação de pesquisa fraudulenta prevista no § 4º, do art. 33 da Lei das Eleições.

Publique-se.

Brasília, 12 de outubro de 2022.

Ministra **Maria Claudia Bucchianeri**

Relatora

